

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.654.879 - PR (2020/0015921-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : DISTRIBUIDORA MERIDIONAL DE MOTORES CUMMINS S/A
ADVOGADOS : CLÁUDIO ROBERTO PADILHA - PR027060
LUCIANO GIAMBARRESI GANHO - PR070501
AGRAVADO : LAVANDERIA INDUSTRIAL CENTRO OESTE LTDA
ADVOGADO : FRANCISCO MACHADO DE JESUS - PR006217

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE APREENSÃO E DEPÓSITO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO. ART. 1.071 DO CPC/73 (VIGENTE À ÉPOCA). APLICABILIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MORA POR MEIO DE PROTESTO OU NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. INEXISTÊNCIA. DOCUMENTO ESSENCIAL À PROPOSITURA DA DEMANDA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO MANTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS MAJORADOS. ART. 85, § 11º, DO CPC.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 645/648).

Nas razões do especial, a recorrente aponta ofensa aos arts. 1022 do Código de Processo Civil/2015; 1.071 do CPC/73; 521, 524 do Código Civil e 49 da Lei n. 11.101/05.

Alega ter preenchido o requisito para concessão da liminar de busca e apreensão, eis que "*a mora encontra-se constituída pelo próprio pedido de recuperação judicial da recorrida*" (e-STJ, fl. 674).

Suscita negativa de prestação jurisdicional.

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão fl. 721/722, e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº

3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

No tocante à alegação de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, verifico que essa não merece prosperar, pois trata-se de argumentação genérica e que não menciona qual questão imprescindível ao deslinde da controvérsia teria sido omitida no julgamento da causa, de modo que se tem por inafastável a incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NO JULGADO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. ASTREINTES. COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. A decisão que arbitra astreintes não faz coisa julgada material, visto que é apenas um meio de coerção indireta ao cumprimento do julgado, podendo ser modificada a requerimento da parte ou de ofício, para aumentar ou diminuir o valor da multa, ou, ainda, para suprimi-la.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1457982/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 6/9/2017)

Quanto ao mérito, verifico que a Corte estadual concluiu não ter havido comprovação da notificação pessoal do devedor, o que seria indispensável para comprovação da mora.

Cito, a propósito, trechos do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 612 e 616):

O presente recurso não pode ser provido.

Isso porque, como reconhecido na sentença, a autora interpôs a presente ação sem se fazer acompanhar de documento indispensável à sua propositura, qual seja, a notificação pessoal ou o protesto do título a fim de comprovação da mora da ré (art. 1.071 do CPC/73 2 , vigente à época).

(...)

Além disso, no caso, não pode ser acolhido o argumento da autora de que a simples inclusão do seu crédito na lista de credores da recuperação judicial da ré (autos n.º 6733-64.2012.8.16.0058) deva ser considerada como forma de interpelação judicial, porque não o é. A inclusão do crédito tal como feita é mero reconhecimento da existência da dívida por parte da ré, mas não significa que ela tenha sido intimada judicialmente para o seu pagamento.

A comprovação da mora para ajuizamento de demanda de apreensão de bens exige uma atuação ativa do credor, seja protestando o título ou interpelando o devedor judicial ou extrajudicialmente. Desse modo, não se pode entender que o reconhecimento da dívida pelo devedor por alguma razão implique em desnecessidade dessa diligência. (sem destaques no original)

Assim, o entendimento adotado pela Corte local se mostra em sintonia com a Jurisprudência do STJ no sentido de que, para a constituição do devedor em mora nos contratos de alienação fiduciária, é imprescindível a comprovação da mora.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 72 DO STJ. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO VÁLIDA. AUSÊNCIA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Aplicabilidade do novo Código de Processo Civil, devendo ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A alteração das conclusões do acórdão recorrido exige reapreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que faz incidir o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

3. É necessária a comprovação da mora do devedor para fins de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente. Inteligência das Súmulas nºs 72 e 83 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 945.141/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21.2.2017, DJe 9.3.2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MORA DO DEVEDOR. EXTINÇÃO DA BUSCA E APREENSÃO. PRECEDENTES DA CORTE.

1. A comprovação da constituição do devedor em mora é indispensável para o prosseguimento da ação de busca e apreensão.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.191.388/MG, desta relatoria, QUARTA TURMA, DJe 10.8.2015)

Aplica-se à hipótese, portanto, o entendimento da Súmula 83/STJ.

Ademais, a alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária demandaria, necessariamente, nova investigação acerca dos fatos e provas dos autos, o que esbarraria no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora